Zé MARRETA

Nº 1411 - ESPECIAL PARA APOSENTADOS - 04/2019

NEM APOSENTADOS ESTÃO LIVRES

Proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro retira obrigatoriedade de corrigir valor de aposentadorias pela inflação; além disso, pode deixar o INSS sem dinheiro para benefícios, porque estimula sistema privado

O governo Bolsonaro apresentou ao Congresso Nacional proposta de reforma da Previdência ainda pior do que a elaborada por seu antecessor, Michel Temer.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019, a ser votada por deputados e senadores, dá ao Estado a possibilidade de não reajustar as aposentadorias todos os anos. E faz isso da seguinte forma: altera o texto do Parágrafo 4º do Artigo 201 da Constituição Federal, que diz: "É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o **valor real**".

A proposta de Bolsonaro retira a expressão "valor real" (que se refere a repor a inflação) e, assim, o reajuste pode ter valor abaixo da variação inflacionária e nem acontecer todos os anos.

[Continua no verso]

Contamos com sua presença, companheiro! Seja bem-vindo!

Proposta de Bolsonaro pode deixar INSS sem recursos para pagar benefícios de quem já se aposentou

A PEC 06/2019 (Proposta de Emenda Constitucional que propõe a reforma da Previdência) do governo de Jair Bolsonaro, traz riscos para quem já se aposentou não só porque pode reduzir os percentuais e a frequência dos reajustes dos benefícios. Um outro grande problema é que o INSS pode ficar sem recursos para honrar as aposentadorias.

Embora o governo diga que a reforma é necessária porque a Previdência está ficando sem capacidade para pagar benefícios em futuro não muito distante, o próprio projeto governamental é um grande risco.

O X da questão é que a equipe econômica de Bolsonaro tem investido muito na ideia de implantar um sistema de capitalização. Esse modelo consistiria em o trabalhador ter uma conta individual para depositar uma espécie de poupança (sem contribuição das empresas ou do Estado) para garantir sua aposentadoria.

Quem viesse a ingressar no mercado de trabalhos seria estimulado (ou, melhor, pressionado!) a aderir a esse sistema. Só que, nele, as contribuições individuais não vão para a Previdência pública – destinam-se apenas ao próprio contribuinte – e, portanto, o INSS não receberia esses recursos, ficando com seu caixa comprometido. Como pagar os antigos aposentados?

FIQUE ATENTO:

Estamos com um abaixo-assinado contra a proposta de reforma da Previdência. E faremos assembleia sobre o tema!

Atualmente, funciona o chamado sistema de "repartição", em que quem está na ativa contribui para o pagamento dos benefícios de quem já se aposentou – um modelo baseado na solidariedade.

O perigo de desmonte da Previdência pública foi comentado pelo advogado Roberto Carvalho (foto), presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), durante audiência pública realizada na Câmara de Vereadores no último dia 16. O evento foi uma iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção de João Monlevade.

Também o juiz da 1ª Vara do Trabalho de João Monlevade, Iuri Pinheiro, abordou a questão de perigos ao caixa do INSS. Ele apontou outra fonte de riscos: as consequências da Lei 13.467/17 (reforma trabalhista) implantada pelo governo de Michel Temer em novembro de 2017.

Pinheiro destacou que a Lei 13.467 apresenta distorções, como a regularização do chamado trabalho intermitente. Nessa modalidade, o trabalhador, embora tenha carteira assinada, trabalha apenas quando o patrão o convoca, sem garantia de salário mínimo mensal. Dessa forma, ele também acaba contribuindo com valores muito baixos e, em consequência, a receita da Previdência é prejudicada.

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade - SINDMON-METAL
Rua Duque de Caxias, 165, José Elói - CEP: 35.930-198 - João Monlevade (MG) - **Tel.:** (31) 3851-1222/ **Telefax:** (31) 3851-2985
Email: sindicato@sindmonmetal.com.br / **Redes sociais:** facebook.com/sindmonmetal - twitter.com/sindmonmetal
Site: http://www.sindmonmetal.com.br